

Vitruvian Cogitationes - RVC



O preservativo interno e práticas sobre educação sexual: Os conhecimentos dos(as) alunos(as) de uma escola pública no Município de Araguaína-TO

El condón interno y las prácticas de educación sexual: Los conocimientos de estudiantes de una escuela pública de la ciudad de Araguaína-TO

The internal condom and sexual education practices: The knowledge of students at a public school in the city of Araguaína-TO

Francielly Matos de Alencar do Nascimento

Universidade Federal do Norte de Tocantins – UFNT 

e-mail: alencarfrancielly3@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0003-5508-0044>

Yonier Alexander Orozco Marin

Universidade Federal do Norte de Tocantins – UFNT  e-mail: yonier.marin@ufnt.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4095-4875>

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo caracterizar os conhecimentos dos(as) alunos(as) de uma Escola pública da região norte do Brasil em relação ao preservativo interno, considerando as práticas e discursos sobre educação sexual nas escolas e a realização de uma oficina utilizando atividades práticas a fim de desmistificar estigmas e preconceitos sobre o preservativo interno. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e quantitativa na perspectiva de um estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados foram utilizados questionários semiestruturados respondidos por alunos(as) de ensino médio com uma faixa etária entre 16 a 19 anos. Além do diário de bordo para o registro de reflexões da realizadora da oficina. As análises demonstram um desconhecimento sobre o preservativo interno e, em alguns casos, desinteresse por conhecê-lo, especialmente pelos participantes de gênero masculino. Porém, sua problematização aproxima outras discussões relacionadas com o machismo e a desigualdade de gênero, aspectos importantes num ensino de biologia para a justiça social.

Palavras-chave: infecções sexualmente transmissíveis; educação sexual; prevenção.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo caracterizar los conocimientos de los estudiantes sobre el condón interno, considerando las prácticas y discursos sobre educación sexual en las escuelas y realizando un taller mediante actividades prácticas con el objetivo de desmitificar estigmas y prejuicios sobre el condón interno. La investigación se caracteriza por

un enfoque cualitativo y cuantitativo desde la perspectiva de un estudio de caso. Como instrumento de recolección de datos se utilizaron cuestionarios semiestructurados, respondidos por estudiantes de secundaria con edades entre 16 y 19 años. Y el cuaderno de bitácora para registrar las reflexiones del director del taller. Los análisis demuestran una falta de conocimiento sobre el condón interno y, en algunos casos, una falta de interés en aprender sobre él, especialmente entre los participantes masculinos. Sin embargo, su problematización reúne otras discusiones relacionadas con el machismo y la desigualdad de género, aspectos importantes en la enseñanza de la biología para la justicia social.

Palabras-clave: infecciones de transmisión sexual; educación sexual; prevención

Abstract: The present work aims to characterize students' knowledge regarding the internal condom, considering the practices and discourses on sexual education in schools and carrying out a workshop using practical activities in order to demystify stigmas and prejudices about the internal condom. The research is characterized by a qualitative and quantitative approach from the perspective of a case study. As a data collection instrument, semi-structured questionnaires were used, answered by high school students aged between 16 and 19 years. And the logbook to record the workshop director's reflections. The analyses demonstrate a lack of knowledge about the internal condom and, in some cases, a lack of interest in learning about it, especially among male participants. However, its problematization brings together other discussions about masculinity and gender inequality, which are important aspects of teaching biology for social justice.

Keywords: sexually transmitted infections; sexual education; prevention

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é a fase que sucede a infância, marcada por diversas transformações fisiológicas e psicossociais, onde se inicia o contato sexual com outras pessoas e por isso é importante que esses jovens estejam protegidos das diversas infecções que podem ser fatais sem um tratamento correto (Gonçalves *et al.*, 2015). Atualmente, os jovens têm iniciado a vida sexual cada vez mais precocemente e isso acarreta diversos problemas tanto físicos, quanto emocionais por exemplo, o número crescente de Infecções Sexualmente Transmissíveis, gravidez indesejada e abortos realizados de forma insegura (Ressel, 2003).

Concomitantemente, notamos o grande estigma e preconceito sofrido pelas pessoas que vivem com algum tipo de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), os(as) deixando cada vez mais vulneráveis pelo sentimento de insegurança causado pelo medo dos julgamentos. O resultado desse cenário é o crescente número de infecções, tratamentos postergados pelas próprias pessoas que se isolam e se auto discriminam e a falta de informações que, infelizmente, não chegam a elas, tornando cada vez mais inviável o controle de tais problemas sanitários (Oliveira; Wieczorkiewicz, 2010).

Nesse sentido, neste trabalho, partimos da necessidade de pensar uma educação para a sexualidade distanciada das pedagogias de medo e do horror, que se aproximem dos direitos humanos, informações sem censura e sem moralismos, compromissada com discussões orientadas para a justiça social, com perspectiva de gênero e acolhedora da diversidade sexual e de gênero. Com consciência de que os problemas que envolvem gênero e sexualidade não são só questões individuais ou de escolhas morais, mas carregam histórias coloniais e heranças que podem e devem ser problematizadas.

O preservativo interno (conhecido como camisinha feminina)¹, que é semelhante ao preservativo externo (conhecido como camisinha masculina), é uma das opções contraceptivas que integram um contexto de desenvolvimento para novas estratégias que ampliam as possibilidades de novos métodos de proteção de mulheres cis, pessoas transmasculinas e não-binárias. A importância de seu surgimento e uso se deve ao fato de ser um dispositivo de prevenção iniciado por essas próprias pessoas (Barbosa; Perpétuo, 2010), ou seja, possibilita uma maior autonomia além de práticas de sexo seguro.

Existiram alguns tipos de preservativo interno, também chamados de *condom* feminino (*female condom* – Figura 1) fabricados inicialmente por empresas estrangeiras. O primeiro *condom* (FC1) foi produzido por um grupo de dinamarqueses em 1980, originalmente possuía um tubo de poliuretano fino, resistente, transparente e pré-lubrificado, com cerca de 17 cm de comprimento e 7,8 cm de largura.

A partir desse, outros tipos de preservativos internos foram aprimorados por outras empresas, utilizando novos materiais, como o látex sintético (borracha nitrílica) o que reduziu os custos e passou a ser comercializado cada vez mais (Corrêa *et al.*, 2011).

Figura 1- Preservativo Interno- *Female Condom FC1*



Fonte: Google imagens.

A primeira vez em que o produto esteve disponibilizado no mercado brasileiro foi na década de 1990 quando aprovado para comercialização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (Corrêa *et al.*, 2011). Inicialmente, a partir dos anos 2000, o Ministério da Saúde forneceu às Secretarias Estaduais de Saúde e a partir disso foi distribuído de forma gratuita para as mulheres violentadas ou em situações de vulnerabilidade (Moraes *et al.*, 2019).

Sabe-se que o preservativo interno pode ser um facilitador, dando autonomia e segurança para mulheres, pessoas trans masculinas e não-binárias, prevenindo IST's e gravidezes indesejadas, porém, muitos parceiros ainda não aceitam o uso do dispositivo (Moraes *et al.*, 2019), por motivos mais relacionados ao prazer deles como parceiros, do que ao cuidado e saúde da pessoa que utiliza o preservativo interno. Nesse viés, podemos enfatizar que as relações patriarcais sobre as relações sexuais também são um problema na aceitação do preservativo interno pelas próprias mulheres, pois na sociedade observa-se que o corpo da mulher e toda a conjuntura de ideias, valores e sentimentos referentes a este, foram tomados, e ainda o são, como posse do homem (Belém *et al.*, 2015).

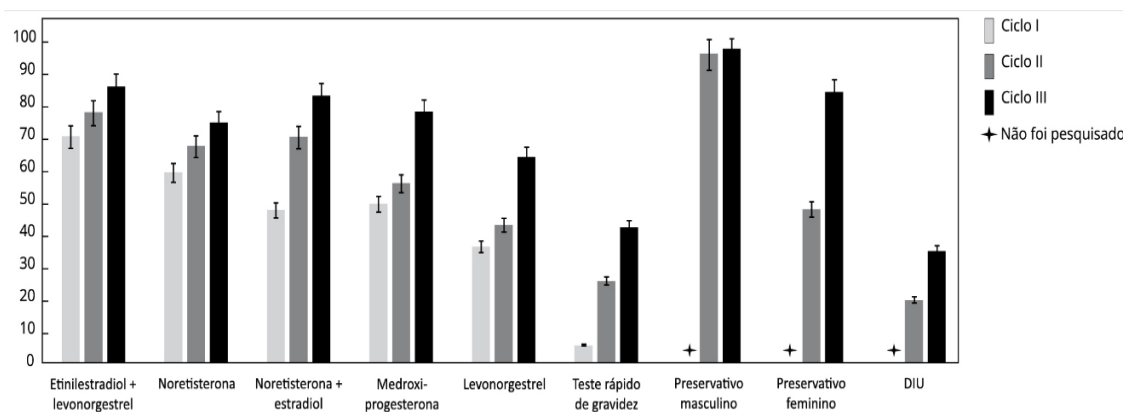
Convém analisar também os dados referentes à disponibilidade entre o preservativo interno e externo, em postos de saúde, em farmácias, máquinas de venda automática,

¹ O termo “camisinha feminina” exclui o grupo de homens trans e pessoas não-binárias, portanto, usar o termo “preservativo interno” é mais coerente e inclusivo.

supermercados, e outros locais públicos. Sabe-se que essa disponibilidade depende de vários fatores, tais como a região, o país, a cultura e contexto social, porém, geralmente, os preservativos externos são mais amplamente disponíveis e mais comuns em comparação com os preservativos internos (Ruivo *et al.*, 2021), devido a seu longo histórico de uso e familiaridade causada pelo impacto da mídia associado à prevenção da AIDS.

Para abordar a questão da disponibilidade, podemos respaldar a ideia anterior em um estudo realizado com o objetivo de avaliar a disponibilidade de insumos para o planejamento reprodutivo em unidades básicas de saúde, realizado nos anos de 2012, 2014 e 2018. Como pode se observar na Figura 2, em todos os ciclos avaliados, anticoncepcionais hormonais como etinilestradiol + levonorgestrel e o preservativo externo (conhecido como preservativo masculino) apresentaram a maior disponibilidade e o Dispositivo Intrauterino (DIU) a menor.

Figura 2 - Disponibilidade de insumos para o planejamento familiar nas unidades básicas de saúde, Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), Ciclos I, II e III



Fonte: Ruivo *et al.* (2021)

Ainda de acordo com o estudo realizado, o preservativo interno (feminino) estava disponível numa escala menor em comparação com outros métodos contraceptivos no primeiro e segundo ciclo. Porém, no Ciclo III, houve um aumento significativo em relação aos ciclos anteriores. Esse dado mostra que, embora o preservativo externo seja amplamente utilizado e disponibilizado, o preservativo interno ainda pode ser uma das opções de contraceptivos muito utilizadas, e deve ser levado em consideração pelos órgãos de saúde pública.

A adesão ao uso do preservativo interno integra aspectos de natureza diversa e complexa, onde é necessário a mudança de valores, atitudes e relações de poder. No entanto, um investimento fundamental, é a compreensão da realidade vivida pelos reais e potenciais usuários do preservativo interno, além de apoiar melhorias nas políticas de saúde e atividades educativas que possam promover a utilização eficaz destes importantes insumos na saúde (Paiva, 2014).

Marin (2019) destaca a necessidade de superar abordagens biomédicas e higienistas na educação sexual desde o ensino de biologia, permitindo a problematização de questões sociais, mas profundamente associadas à biologia, como o machismo, os valores culturais e crenças associadas sobre o papel do corpo na sexualidade, entre outros.

Diante do cenário de crise sanitária e educacional enfrentada pela sociedade brasileira acometida pela desinformação, que ameaçam a integridade dos jovens atualmente, faz-se necessário compreender a educação sexual como quebra de paradigmas, deixando de ser um “tabu” ou assunto delicado destinado apenas às famílias dos jovens e tornando-se o maior meio

de informação que contribui benéficamente para uma saúde de qualidade e o combate ao fomento da discriminação.

Articulamos a esta proposta o conceito de justiça reprodutiva, pois como afirma Kikuchi (2021, p. 11):

A justiça reprodutiva é muito mais do que ‘um novo termo’ para se referir à saúde reprodutiva e os direitos reprodutivos, é também, uma estratégia de descolonizar a abordagem destas temáticas, e particularmente, vejo esse fator como um de seus grandes méritos, pois efetua uma crítica ao caráter individualista e liberal dos discursos e práticas referentes à estas questões, a partir da experiência de mulheres racializadas, considerando as dimensões gênero, raça e classe de maneira interseccional.

Nesse sentido, entendemos a importância de conhecer o preservativo interno não só como uma decisão individual, mas como um processo da sociedade relacionado com a problematização de outros problemas como o machismo, o patriarcado, entre outros. A partir desses conhecimentos acerca do tema, enfatizando todos os problemas e questões relacionados aos métodos preventivos, podemos levantar a seguinte questão da pesquisa: “Quais são os conhecimentos dos(as) alunos(as) da educação básica acerca do uso do preservativo interno? Quais suas reações ao ver abordada essa temática em sala de aula?”.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar os conhecimentos dos(as) alunos(as) de uma escola estadual da cidade de Araguaína, Tocantins, em relação ao preservativo interno, considerando as práticas e discursos sobre educação sexual nas escolas e a realização de uma oficina, utilizando atividades práticas a fim desmistificar estigmas e preconceitos sobre o preservativo interno.

2 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada possui teor qualitativo e quantitativo de caráter exploratório, realizada nos moldes de um estudo de caso que requer o aprofundamento da compreensão de um grupo social sobre determinado tema, no caso, sobre o preservativo interno e questões relacionadas a gênero e sexualidade.

Este trabalho foi desenvolvido no contexto da disciplina “Metodologia do Ensino de Biologia II” do curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Norte de Tocantins (UFNT), na qual construímos nossas primeiras aproximações às escolas como professores(as) pesquisadores(as). No marco dessa disciplina, procuramos nos aproximar da escola como espaço de produção de conhecimento, neste caso, sobre assuntos relacionados ao gênero na educação científica. Não havendo a possibilidade de estudo de todas as escolas situadas no município de Araguaína – TO, optou-se por trabalhar com uma escola pública da cidade, no marco de um itinerário formativo oferecido pela escola, acompanhando o trabalho desenvolvido pela professora da escola, a qual autorizou o desenvolvimento da oficina proposta por uma das autoras deste trabalho. Realizou-se o estudo com 17 indivíduos devidamente matriculados, do ensino médio, no ano letivo de 2023, que participaram da oficina, respondendo ao questionário, sendo 47,05% (n = 8) do gênero feminino e 52,9% (n = 9) do gênero masculino; quanto à faixa etária dos alunos, 29,4% (n = 5) com 16 anos, 35,2% (n = 6) com 17 anos e 35,2% (n = 6) entre 18 e 19 anos.

Enfatiza-se que, como afirmam Silva, Brasil e Cardoso (2019), a melhor forma de prevenir tanto IST's quanto gravidezes precoces é o conhecimento, e não haveria melhor lugar que a escola para ser o espaço de intervenção, onde se pode ter contato direto com os escolares.

Acredita-se ser fundamental, apesar de continuar sofrendo censura nos dias de hoje, que se trate o tema como uma demanda de saúde pública e não como “subversão” dos jovens, como alguns entendem. Torna-se, contudo, imprescindível a implementação na escola, o mais breve possível, de projetos de Educação em Saúde que promovam o autocuidado, pois, perigosamente, este é um tema menosprezado e tido como banal e sabe-se que muitas pessoas não dominam minimamente o conteúdo abrangente das infecções, que geralmente são resumidas somente à infecção pelo HIV/Aids (Silva; Brasil; Cardoso, 2019, p. 3).

O questionário é uma técnica de investigação na qual o objetivo é abranger os conhecimentos, opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas de um grupo de pessoas. Assim, nas questões de cunho empírico, o questionário poderá atender e coletar informações da realidade dos estudantes (Gil, 1999).

A fim de minimizar constrangimentos por parte dos entrevistados, os questionários foram individuais, não constando o nome dos(as) alunos(as), apenas informações como turma, idade e gênero. Antes de tudo, foi entregue aos alunos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a participação destes na pesquisa. Além disso, ressaltamos que para esta pesquisa adotou-se o uso de questionário cujas respostas serão obtidas somente por escrito; assegurando que não foram realizados registros fotográficos e nem gravações de imagens e de voz dos entrevistados.

A partir da assinatura do TCLE pelos(as) alunos(as), foi realizada uma oficina, partindo de uma apresentação (Figura 3) sobre os preservativos internos, seu uso, vantagens, disponibilidade e etc. No segundo momento, houve uma roda de conversa com os(as) alunos(as) para que eles tirassem dúvidas sobre o tema.

Figura 3 - Recortes dos slides utilizados na oficina de apresentação sobre o preservativo interno



Fonte: Autores (2024).

É importante mencionar que a oficina foi realizada no contexto de uma disciplina de Trilha, que faz parte do Novo Ensino Médio, ofertada por uma professora da escola. Os itinerários formativos são escolhidos pelos(as) alunos(as), de acordo com as suas pretensões e gostos. Assim, os assuntos trabalhados nas trilhas de aprofundamento não são comuns a todos(as) os(as) alunos(as), no caso, uma trilha sobre educação sexual, não abrangeria a todos(as) os(as) alunos(as) que precisam ter o conhecimento acerca do tema.

Os novos itinerários, são pautados numa ideia liberal e capitalista e possuem um teor ideológico evidente, visto que a educação forma os cidadãos, ou seja, é responsável pela forma como eles(as) entendem e concebem a realidade vivida. Esses itinerários formativos muitas vezes se distanciam de propostas recentes de ensino de biologia com propósitos e objetivos explícitos de justiça social ou emancipação (Marin; Cassiani, 2020) A área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias contempla 5 itinerários. Porém, a oferta dessas trilhas depende dos critérios adotados pelas escolas que, geralmente, estão associados à disponibilidade de professores(as), o que, conforme Silva (2021), pode evidenciar uma diminuição expressiva de áreas que já apresentam déficit de professores(as).

2.1 ANÁLISES DAS RESPOSTAS

Submeteram-se os(as) alunos(as) participantes ao questionário. Solicitou-se, primeiramente, que informassem sua idade e sexo e turma, preservando-se, assim, a sua identidade, e, posteriormente, apresentaram-se seis perguntas, na modalidade “aberta e fechada”, para facilitar a objetividade da coleta de dados, sendo cinco questões que apresentavam várias opções de respostas.

A primeira questão teve o intuito de saber somente se o aluno já conhecia o preservativo interno. Na segunda foi questionado sobre quais IST's eles conheciam, indagou-se, posteriormente, sobre a disponibilidade do insumo supracitado em Unidade Básica de Saúde (UBS) ou farmácias. Na quarta questão, foi perguntado quais meios o adolescente busca informação sobre esses temas, se é pela internet, em conversas com amigos, com os pais ou na escola. Por fim, na quinta questão, indagou-se a credibilidade da eficácia do dispositivo interno para prevenir IST's.

O diário de bordo é um instrumento de pesquisa no qual o sujeito narra suas ações e experiências diárias, o que lhe possibilita um repensar dos fatos ocorridos, um olhar mais atento ao que foi feito e ao que pode ser melhorado (Boszko; Gullich, 2016). Com o tempo, essa prática observacional evolui e tende a possuir um teor crítico a ponto de converter-se progressivamente em organizador de uma autêntica investigação profissional.

Assim, o diário de bordo proporciona ao autor momentos de reflexão intrapessoal, ao mesmo tempo em que se tornam uma ferramenta constituinte e formativa do sujeito, além de, consequentemente, se tornar um potencializador do processo de formação profissional. Nesse sentido, nesta pesquisa, o diário de bordo foi utilizado como ferramenta de uma das autoras, a qual implementou a oficina com o público escolar, registrando reflexões, impressões e lembranças de acontecimentos da oficina, analisados qualitativamente, com a finalidade de ter um olhar mais abrangente sobre questões culturais e ou comentários espontâneos do público participante que provavelmente não seriam captados pelos questionários.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ANÁLISE QUANTITATIVA: QUESTIONÁRIO

Aponta-se que, quando questionados(as) se já conheciam o preservativo interno, 52,9% disseram que não e 47,05% disseram que sim. Dos(as) que responderam que não conhecem o insumo, oito dos nove alunos, se identificaram como do gênero masculino. Isso contrasta com a ideia de Borba *et al.* (2017), que diz que, em geral, os homens conhecem os métodos contraceptivos de forma limitada, assim, a mulher é reconhecida como única responsável pelo planejamento reprodutivo, o qual, na verdade, deve ser vivenciado por ambos.

Na segunda questão, quando foram questionados(as) sobre quais Infecções Sexualmente Transmissíveis eles conheciam, 17% dos alunos não responderam ao questionamento, porém, no Quadro 1 podemos observar quais IST's os(as) alunos(as) que responderam ao questionário mais conheciam.

Quadro 1 - Relação das IST's e a porcentagem de alunos(as) que as conhecem

IST	%
Herpes Genital	71,4
Cancro	0
HPV	71,4
DIP	7,14
Donovanose	7,14
Gonorreia	57,1
Sífilis	71,4
HIV	85,71
Tricomoniase	0
Herpes Genital	71,4
Não responderam	17,64

Fonte: Autores (2024).

Isso demonstra uma falta de interesse e uma precarização de informações veiculadas pela mídia ou por outros meios de comunicação, sendo estas essenciais sobre saúde sexual. Esse fato contrasta com o aumento de diversas infecções no estado do Tocantins nos últimos anos, segundo uma notícia divulgada pelo jornal G1 da TV Anhanguera, em 2019 (Figura 4).

Figura 4 - Capa de matéria sobre aumento de casos de ISTs no Tocantins



Fonte: g1 Globo (2019).

Dos(as) alunos(as) que responderam ao questionário, 85% (n = 14) afirmam que conhecem o vírus do HIV causador da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), isso pode ser explicado pelas inúmeras campanhas e ações realizadas desde a década de 1980 a fim de alertar e conscientizar a população para que busquem meios de prevenção.

Com o número de casos crescente e predominante na população adolescente, podemos refletir duas situações a serem averiguadas: a falta de conhecimento acerca dos meios de prevenção e formas de contágio ou simplesmente adoção de comportamentos de risco, mesmo diante das informações.

Na terceira questão os(as) alunos(as) responderam quanto à disponibilidade do preservativo interno nas Unidades Básicas de Saúde, 7% (n = 1) respondeu que não lembra, 17% (n = 3) dos(as) alunos(as) responderam que já viram o preservativo e 76% (n = 13) apontam que nunca viram o preservativo em alguma UBS. Essa ideia contrasta com o estudo mencionado anteriormente de Ruivo *et al.* (2021), no qual aponta a disponibilidade dos insumos para o planejamento familiar e só reforça a ideia de que esse insumo é desconhecido e pouco disponibilizado em relação ao preservativo externo.

No quarto questionamento, os(as) alunos(as) apontaram quais os meios de informação buscam para aprender mais sobre os assuntos relacionados à gênero e sexualidade. Todos(as) os(as) alunos(as) responderam e 52% (n = 8) mencionaram que buscam informações sobre o assunto em sites/internet, 29% (n = 5) mencionaram a conversa com familiares como maior meio de informação e 23% (n = 4) consideraram a escola e conversas com amigos como maior meio de divulgação das informações.

Considerando que as tecnologias atuais têm oferecido inúmeras vantagens no quesito “informação” e os jovens são a parcela populacional que mais tem acesso às redes (Silva, 2017), a facilidade desse acesso faz com que eles queiram procurar cada vez mais as informações que precisam na Internet, que muitas vezes podem se tratar de *fake news* e prejudicar o seu aprendizado. Marin e Herrera (2020) destacam que cada vez mais o conteúdo pornográfico de maior circulação na Internet está se transformando no primeiro “educador sexual” de crianças e jovens, repassando imagens distorcidas sobre o que é o sexo e o ato sexual e reforçando imaginários que associam o sexo com comportamentos machistas e violentos.

Com isso, o papel das escolas e principalmente dos professores(as) de biologia (embora muitas vezes são vetados de falar do assunto) é veicular o máximo de informações sobre gênero, sexualidade, métodos contraceptivos, formas de prevenção à IST's, a fim de minimizar a desinformação propagada pela mídia.

Por fim, com o último questionamento, apontamos que aproximadamente 70% dos(as) alunos(as) acreditam que o Preservativo Interno é eficaz no que se diz respeito à prevenção de IST's e gravidezes indesejadas. Outros 23% dizem que não e 7% apontaram que talvez. Mesmo com a oficina, podemos perceber que uma parcela significativa dos(as) alunos(as) não reconhece a eficácia do preservativo interno, embora o dispositivo seja um método que previne a gravidez e IST's com uma taxa de 95% de eficácia quando utilizado corretamente.

3.2 ANÁLISE QUALITATIVA: DIÁRIO DE BORDO

O diário de bordo (DB) foi dividido em três partes, sendo elas: Início da oficina, abordando como os(as) alunos(as) se comportaram; durante a oficina, suas falas ou até suas feições; e depois da Oficina, aplicação do questionário, momento em que os(as) alunos(as) tiraram dúvidas ou considerações sobre o assunto. Algumas das anotações realizadas encontram-se ressaltadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Fragmentos do Diário de bordo

Oficina	Observações das falas dos(as) alunos(as)	Observações da pesquisadora	Data
Início	“coisa de mulher” “vamo fazer outra coisa” “que vergonha”	“Os alunos se sentiram desconfortáveis com o assunto, eu também fiquei desconfortável em falar sobre um assunto íntimo com alunos que nunca tive contato.”	31/10/23
Durante	*piadas e risos* “melhor é sem” “que negócio estranho” “nunca vi uma camisinha feminina”	“Fiquei muito nervosa durante a apresentação, não conseguia falar sobre o assunto sem me sentir envergonhada, mas mesmo assim, pude perceber que algumas alunas queriam saber sobre.”	31/10/23
Depois	“isso não é interessante pra mim”; “porque aprender isso?”; “devia ter sido uma aula só pras meninas”;	A maioria dos meninos não se interessou pelo assunto, por outro lado, as meninas se mostraram mais curiosas sobre o assunto	06/11/23

Fonte: Autores (2024).

Sobre os conhecimentos dos(as) alunos(as) em relação ao assunto durante a oficina, é possível perceber um grande desinteresse, principalmente por parte dos meninos, que proferiram muitas frases negativas como “*devia ter sido uma aula só para as meninas*”. Com esses posicionamentos, podemos perceber que todo planejamento familiar fica sob a responsabilidade da mulher, e que os homens não querem saber sobre o assunto, e que eles aprendem esse comportamento desde muito cedo. É necessário questionar a educação sexual dirigida aos homens, pois os comentários dos alunos passam a sensação de que homens heterossexuais apenas querem usufruir “*melhor é sem*” e se verem livres das consequências que têm as relações sexuais. Embora o planejamento familiar esteja sob incumbência feminina, os homens muitas vezes são os que decidem se aceitam ou não a utilização dos dispositivos, deixando claro que as relações de gênero são fundamentadas na ideia de que a figura masculina é dominante nas relações heterossexuais (Moraes *et al.*, 2019).

A estranheza acerca do dispositivo, que podemos notar em uma das anotações do DB é “*que negócio estranho*”, e pode estar relacionada a ausência da familiaridade com o preservativo interno, o que pode acarretar alguns problemas, como por exemplo, a utilização de forma errônea e a redução da eficácia do insumo. Isso torna cada vez mais evidente a falta da educação sobre saúde sexual nas escolas da rede básica de ensino, além de ser um indicativo de que há uma falha no que se diz respeito da abordagem sobre métodos contraceptivos e preventivos dentro do núcleo familiar.

Outra questão a ser abordada, são os obstáculos enfrentados pelos(as) professores(as) ao falarem sobre um assunto considerado íntimo, delicado e destinado somente à família dos jovens, como os vivenciados ao desenvolver a oficina. O conservadorismo, por exemplo, é um dos obstáculos que a estrutura escolar enfrenta, já que exerce uma ação repressora acerca das questões relacionadas a essa temática (Lima, 2021). A escola brasileira é estruturada por

valores, normas e crenças que são pautadas na heteronormatividade, considerando como “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “criminoso” e “contagioso” as pessoas que fogem desse padrão (Junqueira, 2009).

Observa-se que os documentos oficiais de educação atribuíram grande importância ao respeito e à tolerância às diferenças e, tal como os PCN (Parâmetro Curricular Nacional), têm uma atitude especial no desenvolvimento de atividades relacionadas com questões de gênero. Infelizmente, um sério obstáculo reside no fato de que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) e o Plano Nacional de Educação– PNE (BRASIL, 2014) não mencionam diretamente os termos gênero e orientação sexual em seus objetivos, deixando essas questões implícitas e até mesmo esquecidas, além de serem claramente influenciados pelo conservadorismo existente (Lima, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, pode-se concluir a grande necessidade da divulgação e orientação a respeito do preservativo interno e outros métodos preventivos, ressaltando os benefícios que estes oferecem. Essa medida deve ser tomada porque mesmo com as informações veiculadas via Internet, sites ou conversas, muitos jovens ainda não veem o dispositivo interno como um método eficaz, pois a falta de informações acerca do tema causa estranhamento e conseqüentemente o não uso do insumo.

Da mesma maneira, a discussão sobre o preservativo interno não se limita ao preservativo e seu modo adequado de uso, mas também, a discussões sobre violências, normas de gênero, machismo e responsabilidade afetiva e cuidado do outro e de si nas relações sexuais. Ou seja, a incursão do preservativo interno como objeto de discussão nos cenários escolares não depende unicamente de vencer um tabu sobre um objeto pouco conhecido, mas principalmente, com a necessidade de vincular discussões sobre o prazer feminino, a responsabilidade masculina em relações heteroafetivas com a contracepção e o tabu mesmo sobre a sexualidade e prazer feminino.

Com o aumento de IST's, não somente no estado do Tocantins, mas em todo o território brasileiro, faz-se necessário o debate acerca das questões de gênero e sexualidade. Além de que a escola e os documentos curriculares como a BNCC e LDB, necessitam se desvincular do viés conservador, para que os(as) professores(as) tenham liberdade e estejam cada vez mais preparados(as) para abordar o assunto com os(as) alunos(as).

Notamos a necessidade de investir na formação inicial de professores(as), incluindo abordagens da sexualidade humana nos cursos de licenciatura em biologia e não somente os conteúdos, mas propor discussões sobre temas relacionados a questões sociais de gênero e sexualidade, priorizando ferramentas para refletir a documentação educacional formal e a vinculação de lutas sociais feministas e da diversidade sexual e de gênero com conteúdo próprios da biologia. Concluimos que este estudo pode ser importante para pesquisas futuras, que visem levantar questões sobre a formação de educadores sexuais, especialmente no que diz respeito à formação dos professores(as) de biologia.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R.; PERPÉTUO, I. **Contribuições para a análise das estratégias de prevenção da disseminação do HIV entre mulheres no Brasil: o preservativo feminino em foco.** In Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Compromissos do governo brasileiro com a plataforma da CIPD: rumos ao Cairo + 20. Brasília, DF: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BELÉM, J.; ALBUQUERQUE, G.; QUIRINO, G.; GARCIA, G. Autonomia sexual feminina: o preservativo feminino nas práticas eróticas. **Revista Saúde.com**, Jequié, v. 11, n. 2, p. 123-136, 2015.

BORBA, C.; SANTOS, E.; PIRES, P.; COSTA, M. Homens e suas percepções sobre planejamento familiar – vasectomia. **Revista Enfermagem Atual**, Rio de Janeiro, v. 82, p. 27-33, 2017.

BOSZKO, C.; GULLICH, R. O diário de bordo como instrumento formativo no processo de formação inicial de professores de ciências e biologia. **Bio-grafía: Escritos sobre la biología y su enseñanza**, Bogotá, v. 9, n. 17, p. 55-62, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ensino Médio. Brasília, DF: MEC. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018, 2018. Disponível em: Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024**. 2014. Disponível em Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CORRÊA, S.; PORTELLA, A.; KOYAMA, M.; ARREOLA, I. **Preservativo feminino: das políticas globais à realidade brasileira**. Brasília, DF: UNFPA -Fundo de População das Nações Unidas, 2011.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBO. G1. **Com aumento no número de casos, Tocantins enfrenta epidemia de sífilis e HIV**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/08/10/com-aumento-no-numero-de-casos-tocantins-enfrenta-epidemia-de-sifilis-e-hiv.ghtml>. Acesso em: 2 mar. 2024.

GONÇALVES, H.; MACHADO, E.; SOARES, A.; FIGUERA, F.; SEERIG, L.; MASENBURG, L.; GUITTER, M.; BARCELOS, M.; BUFFARINI, R.; ASSUNÇÃO, M.; HALLAL P.; MENEZES, A. Início da vida sexual entre adolescentes (10 a 14 anos) e comportamentos em saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, n. 1 p. 25-41. 2015. <https://doi.org/10.1590/1980-5497201500010003>

JUNQUEIRA, R. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, DF: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2009.

KIKUCHI, P. Justiça reprodutiva, decolonialidade e religião: Alguns aportes teóricos para um começo de conversa. **Poiesis: Revista de Filosofia**, Montes Claros, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2021.

LIMA, R. E. de **A educação sexual na formação docente em Ciências Biológicas**. 2021. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, João Pessoa, 2021.

MARIN, Y. Problematizando el discurso biológico sobre el cuerpo y el género, y su influencia en las prácticas de enseñanza de la biología. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56283, 2019.

MARIN, Y.; CASSIANI, S. Outras respostas para uma velha pergunta: ¿por que e para que ensinar biologia? **Perspectivas educativas**, Tolima, v. 10, n. 1, p. 17-46, 2020.

MARIN, Y.; HERRERA, J. Covid-19 y violencia de género e intrafamiliar: La enseñanza de la biología más allá de los contenidos esperados. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-7, 2020.

MORAES, A.; SUTO, C.; OLIVEIRA, E.; PAIVA, M.; FERREIRA, C.; BARRETO, M. O olhar de alunas de escola pública sobre o preservativo feminino. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 40, 20180277, 2019.

OLIVEIRA, J.; WIECZORKIEWICZ, A. O conhecimento das mulheres sobre o uso do preservativo feminino. **Ágora: Revista de Divulgação Científica**, Mafra, v. 17, n. 1, 2010.

PAIVA, C. G. A. de **Saúde sexual e reprodutiva da mulher**: análise da disponibilidade, percepções e habilidade no uso do preservativo feminino. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Belo Horizonte, 2014.

RESSEL, L. **Vivenciando a sexualidade na assistência da enfermagem**: um estudo na perspectiva cultural. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2003.

RUIVO, A.; FACHINNI, L.; TOMASI, E.; WACHS, L.; FASSA, A. Disponibilidade de insumos para o planejamento reprodutivo nos três ciclos do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: 2012, 2014 e 2018. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 6, e00123220, 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00123220>

SILVA, B. **Os itinerários formativos no ensino médio**: um estudo no Município de Santa Maria, RS. 2021. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

SILVA, J. O contributo das tecnologias digitais para o ensino híbrido: o rompimento das fronteiras espaço-temporais historicamente estabelecidas e suas implicações no ensino. **Artefactum Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1-11, 2017.

SILVA, L.; BRASIL, M.; CARDOSO, F. Conhecimento de escolares sobre infecções sexualmente transmissíveis e métodos anticoncepcionais. **Revista de enfermagem**, Recife, v. 13, e242261, 2019.

Submetido em: 06/03/2024
Aprovado em: 26/08/2024
Publicado em: 25/10/2024



Todo o conteúdo deste periódico está sob uma licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), exceto onde está indicado o contrário.